

**EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 7.386 - DF  
(2014/0107429-7)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO**  
**EXEQUENTE : SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DO**  
**AMAPÁ - SINDPOL/AP**  
**ADVOGADO : MARCELO LAVOCAT GALVÃO E OUTRO - DF010958**  
**EXECUTADO : UNIÃO**  
**INTERES. : SIMAS DO ESPÍRITO SANTO DE FREITAS RIBEIRO**

**DECISÃO**

Apresentados os cálculos pela Contadoria Judicial desta Corte, manifestou-se a União, às fls. 163-170, e o exequente, às fls. 173-175.

A União discordou dos cálculos, nestes termos (fls. 164-166):

A correção monetária foi aplicada com base na variação do IPCA-E, no período de jul/2009 a set/2017, quando o correto seria com base na variação da TR, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 11.960/2009.

Em relação ao ponto, sabe-se que houve o recente julgamento pela Primeira Seção do STJ (em 22 de fevereiro de 2018) do REsp Repetitivo nº1.492.221/PR, bem como o julgamento do RE 870.947/SE, em sede de repercussão geral pelo STF, ambos tratando, dentre outras matérias, dos juros e correção monetária a serem aplicados nas ações condenatórias em face da Fazenda Pública (art. 1-F da Lei 11.960/09).

Destaque-se que está pendente de análise a imprescindível modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade do artigo 1º-F, da Lei nº 9.494/97, no que tange à correção monetária das condenações impostas à Fazenda Pública, no bojo do RE nº 870.947/SE, o que de forma alguma pode ser desconsiderado.

[...]

Assim sendo, diante de todos os argumentos expostos, requer a União a manutenção da TR até a modulação dos efeitos da decisão pelo Supremo Tribunal Federal ou, se assim não entender, requer o bloqueio do valor em discussão, sobretudo, em decorrência da recente decisão

prolatada pelo STF, no bojo do RE nº 870.947/SE, por meio da qual deu efeito suspensivo aos EDS interpostos, considerando que a imediata aplicação do que fora decidido neste RE, antes da modulação dos efeitos, pode dar ensejo à realização de pagamento de consideráveis valores, ocasionando grave prejuízo às finanças públicas.

O exequente, por sua vez, concorda com os cálculos apresentados pela Contadoria Judicial desta Corte.

**Decido.**

Conforme ficou consignado no relatório da Contadoria Judicial desta Corte, **a metodologia utilizada para a elaboração dos cálculos foi aquela determinada pela decisão que examinou a impugnação**, de tal sorte que não é possível, nesta oportunidade e em virtude da preclusão, que se pretenda a rediscussão de temas já examinados, como possível correção de pagamentos administrativos efetivados.

Entretanto, diante da decisão proferida pelo STF, no bojo do **RE n. 870.947/SE**, da lavra do Ministro **Luiz Fux**, publicada no DJe de 26/9/2018, que **conferiu efeito suspensivo aos embargos de declaração** opostos pelos Estados, a fim de **sobrestar a aplicação do entendimento firmado no referido aresto**, relativamente à aplicação de índice de correção monetária incidente sobre condenações da Fazenda Pública, há que se observar o referido *decisum* especificamente quanto a esse aspecto.

É importante pontuar que o sobrestamento, por se relacionar **apenas ao índice de correção, não interfere no imediato cumprimento da execução**. Assim, deverão ficar bloqueados apenas os valores referentes à diferença entre os índices de correção monetária adotados antes do julgamento do **RE n. 870.947/SE** e aquele firmado em repetitivo por esta Corte. Os referidos valores deverão permanecer em conta vinculada até que se julgue, em definitivo, o tema pelo STF. Após o julgamento, **se for o caso**, o exequente poderá levantá-los.

Ante o exposto, **defiro em parte a irresignação da União, apenas para** sobrestar o pagamento das diferenças referentes aos índices de correção monetária, nos termos expostos.

**Determino a expedição da requisição de pagamento nos termos do apurado pela Contadoria Judicial**, cujo valor deverá ser acrescido dos consectários legais.

Fixo, em favor do exequente, a títulos de honorários sucumbenciais o percentual de 8% do valor do excesso alegado pela União, nos termos do art. 85, § 3º, II, do CPC, levando-se em consideração as diretrizes § 2º do referido dispositivo legal.

Publique-se, intímem-se e cumpra-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

